Memória da Reunião	
Reunião:	**VIII REUNIÃO do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes**
Responsável:	MJSP
Data:	10/03/2021 10h00
Duração:	02h00
Local:	Online - Microsoft Teams

1. Memória

Trata-se da VIII Reunião Ordinária do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, realizada em atendimento ao art. 6º, § 1º, c/c do Decreto nº 9.970, de 14 de agosto de 2019, c/c art. 7º e 11 da Resolução nº 9, de 1º de novembro de 2019, publicada no DOU de 04/11/2019, edição 213, Seção 1, página 7.

A reunião foi presidida pela Diretora do Departamento de Migrações, a Coordenadora titular do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, Sra. Lígia Lucindo (MJSP).

Estavam presentes representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ministério da Cidadania (MC), Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Polícia Federal (PF), Casa Civil (PR), Ministério da Economia (ME) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Ausentes o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e os Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde (MS), o Ministério da Defesa (MD) e Força-Tarefa Logística Humanitária (FTLOGHUM).

A) Atualização sobre a situação das fronteiras

A Sra. Lígia (MJSP) menciona a atuação do Governo Federal de desobstrução da Ponte da Integração, em Assis Brasil (AC), onde cerca de 60 pessoas, sobretudo imigrantes haitianos, bloqueavam a fronteira com o Peru.

A Sra. Cláudia Anjos (MMFDH) saúda a atuação do Governo Federal que logrou em desobstruir a ponte pacificamente. Destaca ainda as missões in loco realizadas pelo MMFDH em 18 de fevereiro e atual missão com a presença do Ministério da Cidadania, bem como o desenvolvimento de plano de ação com dois eixos complementares: o primeiro, de desobstrução da ponte, que foi alcançado, e o segundo, de assistência humanitária, que continua em andamento, consistindo no (i) atendimento das pessoas nos abrigos do Acre (Assis Brasil e outras cidades do Estado), e (ii) apoio de deslocamento dessas pessoas para retornarem às suas cidades de destino em território brasileiro. Ressalta a possibilidade de expansão do fluxo de Assis Brasil para outras fronteiras brasileiras, uma vez que as pessoas seguem com o desejo de prosseguir viagem para outros países, citando como ponto de atenção a cidade de Corumbá/MS.

A Sra. Viviane (Casa Civil) mencionou que é válido esse compartilhamento de informações, considerando-se o trabalho desempenhado pelo Governo Federal extremamente célere e com resultados positivos, ainda que tal agenda não seja tema do Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE).

A Sra. Lígia (MJSP) menciona que seguem as discussões relativas às fronteiras terrestres brasileiras, com o recrudescimento de questões afetas aos sistemas de saúde. Nas fronteiras terrestres, o sistema de saúde brasileiro é demandado pela população que já está em território nacional, brasileiros e migrantes, bem como por nacionais de países vizinhos que, em situações extremas, buscam atendimento no Brasil. A legislação brasileira, como de conhecimento, garante de acesso à saúde aos que estão em território nacional independente da condição migratória. As condições das regiões de fronteira são objeto de análise interministerial, com fundamento principalmente em aspectos de saúde e sanitários.

Como **encaminhamento** sugerido sobre o tema, a Casa Civil encaminhará ofício ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e ao Itamaraty solicitando atualização da situação da fronteira Brasil-Venezuela.

B) Aprovação Memórias das Reuniões anteriores

Foram aprovadas as memórias das VI Reunião e VII Reunião por unanimidade por todos os membros presentes.

C) Situação dos indocumentados

A Sra. Lígia (MJSP) menciona o procedimento estabelecido no art. 10 da Portaria nº 652, de 25 de janeiro de 2021 (https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-652-de-25-de-janeiro-de-2021-300740786), com a nova sistemática para casos omissos e a possibilidade de serem avaliados casos excepcionais sanitários. Esclarece que eventual pedido deverá ser encaminhado por Ministério à Casa Civil, que consultará a Anvisa e eventualmente outros órgãos para instrução do caso em análise, para deliberação dos Ministérios signatários da Portaria.

A Sra. Viviane (Casa Civil) ressalta que essa pauta, sobre migrantes indocumentados no contexto da pandemia, apesar de não ser específica do CFAE, pode ter impacto direto nas ações humanitárias da Operação Acolhida, em especial na fronteira

com a Venezuela.

A Sra. Cláudia Anjos (MMFDH) comenta que participou de reunião com representantes de vários municípios de Santa Catarina que externaram extrema preocupação com o 'efeito cascata' de flexibilização dos critérios de regularização migratória dos infratores da Portaria, com impactos em todo o país.

A Sra. Lígia (MJSP) informa que se analisam os impactos das restrições de fronteiras sobre a Operação Acolhida, e seus abrigados. Um dos principais objetivos da Operação, que é a Interiorização, é diretamente impactado pela situação documental precária dos infratores da Portaria de fronteiras. As restrições impostas, de entrada de migrantes no País no contexto da pandemia, são medidas de enfrentamento relevantes sob o ponto de vista sanitário e recomendados pelos órgãos competentes. Por outro lado, há que se cuidar para que as pessoas que estão em território nacional, independentemente de sua condição migratória, tenham acesso a serviços básicos, inclusive saúde, para propiciar o próprio enfrentamento à pandemia..

O Sr. José Humberto (Receita Federal) manifesta sobre a importância de tratamento dos indocumentados devido à sensibilidade da situação e pondera sobre a necessidade de implementação de um fluxo de atendimento padrão, uma vez que os migrantes indocumentados não passaram por uma identificação primária sob responsabilidade da Polícia Federal.

A Sra. Lígia (MJSP) informa de discussões sobre o acesso daqueles que estão em condição migratória irregular aos serviços públicos ofertados pelo Estado, com avanço no sentido de que a identificação (biográfica e biométrica) que a Polícia Federal faz para fins de regularização migratória deve ser desvinculada do acesso aos serviços. Essas pessoas podem ter, ainda, documentos do seu país de origem, tais como passaporte e DNI (carteira de identidade).

A Sra. Viviane (Casa Civil) destaca que em todos os abrigos das instalações de Pacaraima e Boa Vista, sob responsabilidade da Coordenação Operacional, é feito cadastro dos acolhidos, bem como está sendo feito, em conjunto com a OIM, cadastro daqueles que estão sendo assistidos na Rodoviária ou em situação de rua. Como **encaminhamento**, a Casa Civil solicitará à Coordenação Operacional o perfil das pessoas indocumentadas levantadas pela FTLogHum e encaminhará o último relatório da OIM de pessoas migrantes desabrigadas.

A Sra. Lígia (MJSP) agradece os esclarecimentos e solicita apoio dos membros do Subcomitê para alinhamento e consolidação de informações, com vistas a ampliar a divulgação do acesos a direitos de imigrantes/visitantes no Brasil.

O Sr. Sérgio (ME) se coloca à disposição para construir em conjunto o projeto e inclusive disponibilizar as informações a serem consolidadas por meio do aplicativo da Carteira Digital, para ampliar a divulgação.

Como **encaminhamento,** o MJSP articulará reunião com órgãos que possam colaborar com esse trabalho.

D) Outros Informes

A Sra. Ana Clara Formiga (MJSP), que é membro pelo MJSP na Assessoria Especial de Gestão da Informação – ASGI-CFAE, comunica que estão sendo feitas atualizações no Sistema Acolhedor, como a inserção de campos para identificação se o migrante cadastrado é (i) criança ou adolescente separado ou desacompanhado; e (ii) indígena. Informou também que será construído painel BI pela ASGI com os dados mais relevantes para tomada de decisão no âmbito de atuação do presente Subcomitê e se disponibiliza a receber sugestões para o referido painel, bem como outras para o Sistema Acolhedor.

A Sra. Cláudia Anjos (MMFDH) manifestou felicidade quanto à incorporação das suas sugestões no Sistema Acolhedor, ressaltando a necessidade de unificação destas informações pelo Governo Federa, através da ferramenta, gerando um dado único e confiável.

A Sra. Monica (MC) parabeniza inclusão dos campos no Sistema Acolhedor e informa de tratativas no Ministério da Cidadania para identificação de 'indígena migrante' no CAD-ÚNICO, pois atualmente a identificação é como 'migrante'. Destaca ainda a publicação da Portaria MC nº 614, de 26 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais nos Estados, Distrito Federal e Municípios que recebem contingente de imigrantes e refugiados oriundos de fluxo migratório provocado por crise humanitária agravada pela situação de emergência em Saúde Pública decorrente do novo coronavírus, Covid-19.

A Sra. Lígia (MJSP) informou sobre a publicação, em 08 de março de 2021, da Portaria nº 21-DIREX/PF, de 2 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre prorrogação de prazo até o dia 16 de setembro para regularização migratória no âmbito da Polícia Federal.

A Sra. Viviane (Casa Civil) informou do cancelamento da viagem presencial a Roraima agendada para março e alerta que, regra geral, as viagens às instalações da Operação Acolhida estão suspensas

Encaminhamentos:

- Casa Civil - Encaminhar ofício para GSI e Itamaraty solicitando atualização da situação da fronteira Brasil-Venezuela;
- Casa Civil - Encaminhar último relatório da OIM de pessoas desabrigadas e perfil das pessoas indocumentadas pela FT Log Hum;
- MJSP - Articular reunião para alinhamento e consolidação de informações para ampliar divulgação do acesso a direitos por imigrantes/visitantes no Brasil.

2. Próxima Reunião

Acontecerá em 16 de abril de 2021, 10h00.

3. **Participantes**

Nome	Cargo	Órgão	Presente
Lígia Neves Aziz Lucindo	Diretora do Departamento de Migrações	MJSP (Coordenação do Subcomitê)	Sim
Flávio Henrique Diniz Oliveira	Coordenador-Geral de Política Migratória	MJSP (Coordenação do Subcomitê - suplente)	Não
Ana Clara Formiga Ferreira do Carmo	Coordenadora dos Processos Migratórios	MJSP	Sim
Brigadeiro do Ar Gilson Alves de Almeida Júnior	Chefe da Subchefia de Coordenação de Logística e Mobilização	MD	Não
Coronel Márcio Pontes	Gerente da Seção de Logística Operacional	MD	Não
Ricardo Rizzo	Chefe da Divisão de Nações Unidas III	MRE	Não
Daniele Luz	Subchefe da Divisão de Nações Unidas III	MRE	Não
José Humberto Valentino Vieira	Coordenador-Geral de Atendimento da Subsecretaria de Arrecadação, Cadastros e Atendimento (RFB)	ME	Sim
Sergio Barreto de Oliveira Silva	Coordenador na Coordenação de Registro e Identificação Profissional da Secretaria de Trabalho (SEPRT)	ME	Sim
Niusarete Margarida de Lima	Assessora Especial para Assuntos de Imigração	MC	Não
Monica Alves Silva	Analista Técnico de Políticas Sociais	MC	Sim
Nivaldo Alves de Moura Filho	Diretor de Programa/SE	MS	Não
Genivano Pinto de Araújo	Diretor de Programa/SAPS	MS	Não
Cláudia Giovannetti Pereira dos Anjos	Assessora para Assuntos sobre Refugiados - Secretaria Nacional de Proteção Global	MMFDH	Sim
Juliana dos Santos de Almeida Sampaio	Analista Técnico de Políticas Sociais	MMFDH	Sim
Brigadeiro do Ar R1 Osmar Lootens Machado	Secretário-Executivo Adjunto	GSI/PR	Não
Coronel EB R1 Adriano de Souza Azevedo	Assessor da Secretaria Executiva	GSI/PR	Não
Tacao Reis Toyosumi	Chefe no Serviço de Modernização e Regulamentação das Fiscalizações (SMORF)	MAPA	Sim
Fábio Florêncio Fernandes	Coordenador-Geral na Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (CGVIAGRO)	MAPA	Não
Ronaldo Navarro	Subchefe Adjunto Executivo	SAM/CC	Não
Viviane de Souza Ferro	Subchefia de Articulação e Monitoramento	SAM/CC	Sim
Fabio Motta da Fonseca	Polícia Federal	DIAR/CGPI/DIREX/PF	Sim